

RI  
22

COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS

*Também 001616*

**AVALIAÇÃO  
TÉCNICO-ADMINISTRATIVA-FINANCEIRA  
DA D.A.P. EM 1983**

(COM PROJEÇÕES PARA 1984)

—DOCUMENTO SÍNTESE—



(Revisado e Ampliado)

DIRETORIA DA ÁREA DE PESQUISAS.— DAP

SÉRIE AVULSA Nº 6



Janeiro—1984

## Í N D I C E

I	-	TEMÁTICA GERAL E PROPÓSITOS .....	01
II	-	ORGANOGRAMA TÉCNICO-ADMINISTRATIVO E FUNCIONAL DA DAP: - Antigo e Atual (Anexos) ..	03
III	-	PRINCIPAIS REALIZAÇÕES DA DAP EM 1983 .....	10
		A - GRANDES ATIVIDADES .....	10
		B - ATIVIDADES MENORES .....	11
IV	-	PROBLEMAS E DIFICULDADES DA DAP EM 1983 ...	14
		A - De Natureza TÉCNICA .....	14
		B - De Natureza ADMINISTRATIVA-OPERACIONAL.	15
		C - Da Situação FINANCEIRA-ORÇAMENTÁRIA ...	17
V	-	ANÁLISE FINANCEIRA-ORÇAMENTÁRIA - Informe Geral .....	20
VI	-	PROJEÇÕES ECONÔMICO-FINANCEIRAS DA DAP PARA 1984 .....	24
VII	-	LISTAGEM DO PESSOAL PRESENTE ÀS REUNIÕES E DE SEUS ÓRGÃOS .....	26
VIII	-	PROPOSIÇÕES E CONCLUSÕES .....	28

ADENDO: DESEMPENHO FINANCEIRO DA DAP (Re-analisado) ..

## I - TEMÁTICA GERAL E PROPÓSITOS

- O presente Documento já faz parte de uma rotina sistemática anual da D.A.P. Um dos seus objetivos sempre foi o de fornecer uma visão preliminar, ao mesmo tempo analítica e sintética da Área de Pesquisas, no ano de 1983. A par disto, ele vem servindo como registro metódico da sua administração técnica. Este ano porém, o mesmo contém alguns aspectos adicionais, devido às recentes mudanças político-administrativas efetuadas, no final de dezembro, na cúpula da Companhia. Uma espécie de subsídio inicial, à nova Presidência que se instala.

Devido a este fato precípua, o escopo do trabalho foi então alterado, sob a condição de que somente se inovaria naquilo que fosse decidido de comum acordo com os Chefes de 1ª Linha e Assessores. Daí tomou-se, inclusive, a liberdade de se apresentar algumas PROPOSIÇÕES ligadas ao clássico capítulo final das CONCLUSÕES, o qual, por sua vez, reveste-se de certo caráter especial, por terem sido nele incluídas algumas "reivindicações gerais" da Área Técnica, visando-se futuros acertos e correções.

- O documento pauta-se em uma apreciação bastante resumida, pois determinados assuntos não foram considerados, ou o foram apenas, superficialmente, uma vez que o propósito do mesmo é o de situar as principais fases do Desempenho Técnico da DAP, ocorridos no ano administrativo de 1983. Ele foi montado, porém, com visão exclusivista e voltado tão somente para dentro da Área Técnica, considerada a Área principal e tida também como a Área-Fim da Companhia, apesar do desmantelamento superimposto desta, ocorrido sistematicamente ao longo dos últimos anos, quando então se verificou uma exagerada centralização administrativa de cúpula. (Conforme pode ser observado em vários documentos de trabalho interno na CPRM, com destaque para aquele, preparado sob contrato, pela Escola de Administração da USP - XI/83).

Descrições, adicionais de ordem geral, ainda sobre a Área Técnica - DAP, podem ser obtidas em dois outros documentos oficiais da CPRM, montados pelo SEGER - Secretaria Geral da Presidência, e são eles: Destaques 1983 e Relatório Anual Circunstanciado.

A elaboração do presente documento resultou de três reuniões que o Diretor da Área de Pesquisas realizou com todos seus Assessores e Chefes das Unidades de 1ª Linha do Rio de Janeiro, tendo sido levada a efeito a primeira, ainda em dezembro/83. Na 2ª reunião, o DAP constituiu uma comissão composta pelo Engº Frederico Guilherme A. Almeida (Chefe do CECAR), Engº José Vargas da Silva Filho (Chefe do DEPRO), Geól. Oscar Füller (Assessor do DAP), Engº Léo Schapoval (Chefe da DICONP) e Geól. Oscar P. G. Braun (Chefe do DEGEO), para montagem do texto final, que foi discutido e revisado por todos, na 3ª reunião.

Cumpre advertir que a presente avaliação do desempenho geral da DAP em 1983, não é global. Por força de determinadas Normas e circunstâncias administrativas específicas da Companhia, também por aspectos inerentes às suas Contabilidade e Balanço Financeiro, não se consegue com facilidade as Projeções e Controle das atividades técnicas-supervisoras do Escritório Central-Rio com as SUREG's - Superintendências Regionais. Razão por que, é normal que a primeira avaliação anual deste gênero envolva, quase que tão somente, o desempenho verificado no "Rio de Janeiro", mormente, no que se refere ao levantamento econômico-financeiro e orçamentário. Da mesma forma, após a criação do SERCO - Serviço de Relações Comerciais, e, principalmente, com o controle direto e a quase execução exclusiva que este faz dos Projetos no Exterior, é difícil obter-se com precisão, por exemplo, o faturamento e efetiva participação dada pela parte técnica da DAP na Receita global da Companhia. Ambas problemáticas, já bem conhecidas, carecem de um estudo apropriado e de soluções a contento, apesar do muito que já se "ajustou" e já se corrigiu nestes aspectos.

II - ORGANOGRAMA TÉCNICO-ADMINISTRATIVO E FUNCIONAL DA DAP: - An  
tigo e Atual (Anexo)

- Em anexo, apresentamos a título de ilustração e lembrança, o Organograma básico Antigo e Atual da Área-Técnica, a fim de melhor situar também as diferentes fases e evoluções que o mesmo sofreu em sua natureza técnico-administrativa, desde 1979 até o presente, bem como fornecer alguns subsídios que permitam avaliar as problemáticas e as dificuldades de funcionamento da DAP.

Dentro desta concepção, convém lembrar:

1) - A perda do DESON (DEPARTAMENTO DE SONDAGEM) - um órgão eminentemente técnico-prático. Nas renhidas discussões ocorridas ao nível do GECAN,\* em 1979, o DAP pessoalmente, como representante oficial da CPRM, defendeu uma meta de sondagem para o Carvão no País, compatível com as suas próprias necessidades, para executar-se 1,5 milhões de metros até 1985. Enquanto muitos acreditavam que apenas 500,0 mil metros bastavam ou, que o Brasil não tinha condições técnicas e capacitação nem para atingir a cifra de 1,0 milhão de metros, a qual foi afinal aprovada pelo GECAN, como "intermediação" entre as duas propostas.

- Como se sabe, apesar da árdua e importante conquista obtida pela Cia., não impediu a retirada do DESON da DAP, que foi transferido para o DAD (Diretor da Área de Administração), juntamente com a RESPO (Residência Especial de Poços de Caldas) e o Parque de Material de Sondagem de Caeté. Estas transferências ocorreram já em dezembro de 1979 (após uma proposição direta da Presidência à Diretoria Executiva).

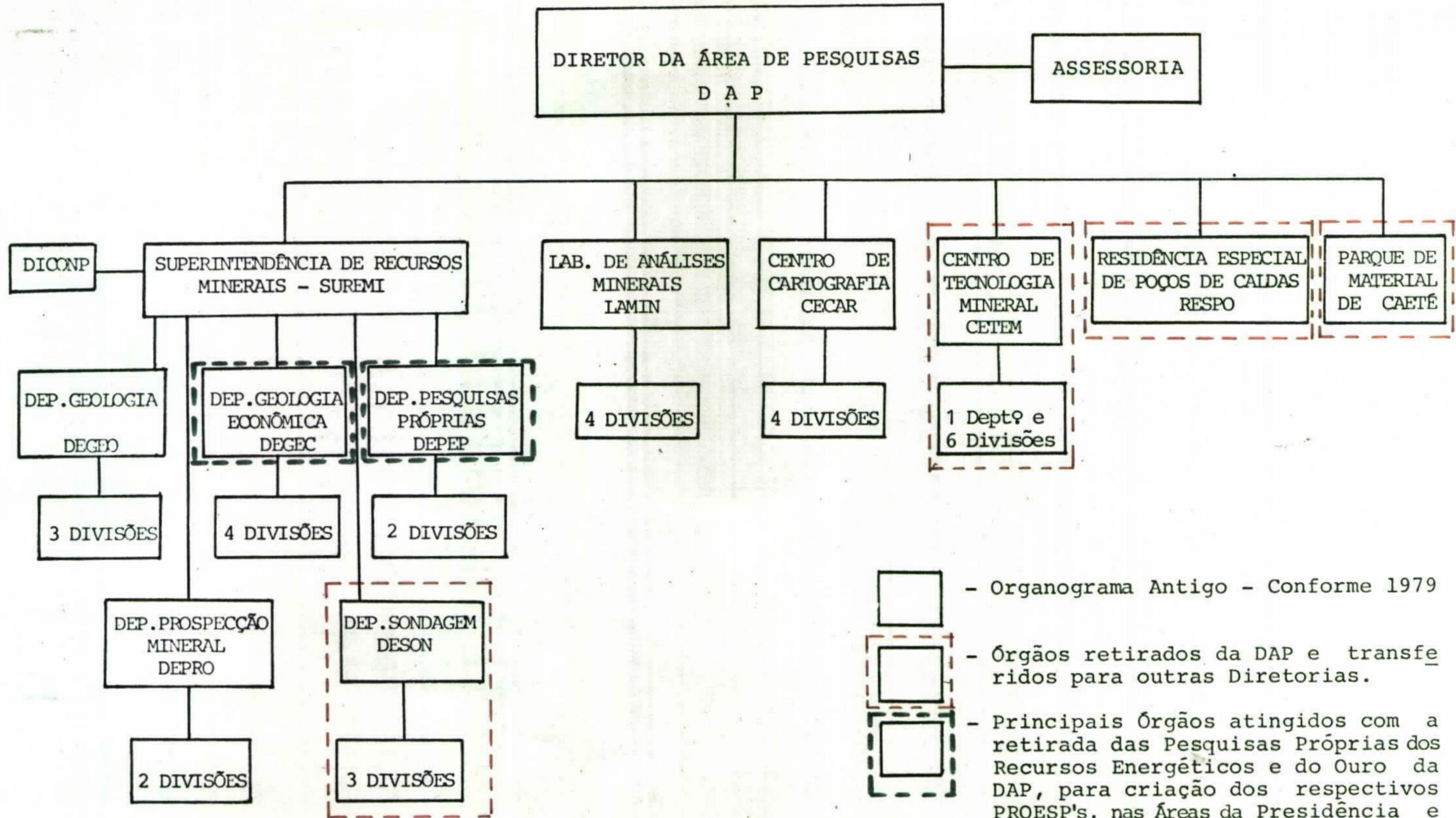
- No momento, em que as perspectivas indicam uma tendência de agravamento econômico-financeiro para a Cia., talvez seja de bom alvitre relembrar e reconsiderar a antiga concepção da DAP tratada em 1979, referente à fusão dos setores de Sondagem e de Engenharia de Minas, com vistas à estruturação do DEPARTAMENTO DE MINAS e SONDAGEM, ou ainda, na vinculação das atividades de Sondagem ao DEPRO, como uma ou duas Divisões deste. O certo é que, em de

---

\* - Grupo Executivo do Carvão Energético Nacional, criado em 1979 no âmbito do M.M.E., presidido e coordenado diretamente pelo Exmo. Sr. Ministro, com representantes de inúmeros Órgãos Governamentais e da Iniciativa Privada. Foi extinto em 1980.

Anexo I - ORGANOGRAMA DA DAP

(ANTIGO E ATUAL)



corrência da sensível redução que vem ocorrendo, ano após ano, no volume de trabalho na Cia., uma nova e profunda análise de seus atuais Órgãos merece ser procedida, com possíveis fusões, reduções ou extinções, a fim de melhor dimensioná-los e de buscar uma diminuição nas despesas e custos.

2) - A transferência do CETEM (Centro de Tecnologia Mineral). Esta grande Unidade, com atividades de natureza exclusivamente técnico-científica, foi, em dezembro de 1979, transferida da DAP para a Área da Presidência, por proposição do PR.

- Durante os meses de 1979, época em que o CETEM permaneceu subordinado à Área-Fim, o DAP esforçou-se por uma melhor compatibilização e delimitação efetiva de suas atividades com as do LAMIN (Laboratório Central de Análises Mineraias). Ficou também acertado com o Superintendente daquele Órgão, uma atualização parcial do seu organograma, surgindo inclusive, a criação da Divisão de Tecnologia do Carvão, conforme proposta pela DAP e aprovada pela Diretoria Executiva. Do ponto de vista burocrático, ficou acertado, devido ao isolamento básico do CETEM na Ilha do Fundão, o comparecimento obrigatório semanal daquele Superintendente, para despacho sistemático com o DAP.

Tendo-se em mente certo impasse existente na parte administrativa-jurídica atual do CETEM, a complexidade dos seus trâmites burocráticos e face, também, aos seus últimos déficits orçamentários, talvez seja oportuno retomar-se, para estudo, o Organograma do referido Órgão, ouvido o DNPM, de maneira ao enquadramento melhor do mesmo aos novos cortes orçamentários e de realidades efetivas de serviços. Principalmente, para evitar-se a superposição parcial de certas tarefas e "staff" técnico com o LAMIN, ou vice-versa. Visar-se-ia, também, a preparação do mesmo para um apoio técnico efetivo maior no PROGRAMA OURO. Com destaque ali, para a montagem de um setor específico e uma equipe especializada nas questões de TRATAMENTO e BENEFICIAMENTO de Minérios Auríferos brasileiros, típicos e atípicos. Deste novo contexto poderá surgir naturalmente, espera-se, uma integração, complementação e entrosamento "ajustados" entre o LAMIN e o CETEM. Com a necessária redução de "custeios" em ambos, (Resguardando-se o trabalho analítico para o OURO, que o LAMIN já vem executando).

3) - O caso do Programa dos COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS SÓLIDOS (CARVÃO, TURFA, LINHITO e XISTO) para o PME (Programa de Mobi

lização Energética) e a criação do PROESP-CARVÃO (Projeto Especial Carvão). Em 1979, tão logo assumiu a Direção Técnica da Cia., o DAP constituiu a COMISSÃO PERMANENTE DO CARVÃO MINERAL, em decorrência da inexistência de um Órgão específico no Organograma da CPRM, dedicado às pesquisas dos "Recursos Energéticos", e da conseqüente necessidade do assessoramento, planejamento, coordenação e montagem de estudos básicos e aplicados, que seriam indispensáveis ao trabalho do DAP no GECAN.

-Dentre as primeiras realizações da referida Comissão, deve-se registrar a montagem do "PLANO DO CARVÃO MINERAL E DAS SUBSTÂNCIAS AFINS DA CPRM PARA 1980", pela primeira vez concebido e elaborado na Cia., orçado em Cr\$2,140 bilhões e aprovado pelo MME e PME. Contra uma orçamentação inicial, prevista de apenas Cr\$ 500,0 milhões.

A Comissão, constituída de 21 técnicos e sob a orientação técnica direta do DAP, preparou e montou 20 documentos no decorrer de 1979, que constituíram a contribuição maior da CPRM ao GECAN, e integram a "Série do Carvão Mineral da DAP".

- Diante da grandeza e da importância que viriam a representar para a Cia. os trabalhos do Carvão Mineral, das Turfas, dos Linhitos e do Xisto, com atividades em todo o território nacional e onde destacavam-se a ampliação das pesquisas do Carvão no Sul (inclusive com detalhamento de jazidas, visando a implantação de Minas), o início pioneiro, pela DAP/CPRM, no Brasil e hoje estendido ao Exterior, da abordagem técnica das TURFAS, a retomada das pesquisas de Carvão no NORDESTE, a busca e descoberta de Carvão na AMAZÔNIA e as novas linhas de aplicação do XISTO, entre outras diretrizes pioneiras implantadas, o DAP decidiu, após inúmeras reuniões com os seus Chefes de 1ª Linha, propor à Diretoria Executiva a criação e funcionamento do DEPARTAMENTO DO CARVÃO MINERAL, constituído de três DIVISÕES: 1) - Turfas e Linhitos; 2) - de Geologia do Carvão; 3) - de Desenvolvimento de Jazidas de Carvão Mineral.

- A antiga iniciativa do Presidente da Cia., com a aprovação da Diretoria Executiva, em criar o PROESP-CARVÃO diretamente ligado à sua Área de Contato, para tratar exclusivamente dos assuntos do P.M.E., retirou da Área-Fim todas as atividades e envoltimentos técnico-científicos e operacionais relacionados com

o Carvão e demais energéticos, em áreas próprias requeridas ao DNPM para a CPRM.

- Desde a implantação do referido Órgão até hoje, ainda persistem certas dificuldades de acertos e questões técnico-administrativas com o DEGEC (Departamento de Geologia Econômica), no qual estão as Divisões de Engenharia de Minas e de Geologia do Carvão. Esta, pouco antes, ali montada pelo próprio DAP. Diante dos problemas econômicos-financeiros que estamos a enfrentar e alertando-se para o fato de que os recursos oriundos do Programa de Mobilização Energética/SEPLAN vêm decrescendo bruscamente, com poucas expectativas de retornar aos níveis proporcionais de 1979/80, talvez seja oportuna a retomada da discussão em torno do estudo da criação do DEPARTAMENTO DO CARVÃO MINERAL, com novos enfoques e colocações, visando um acerto definitivo entre os dois Órgãos (DEGEC-PROESP) e uma apreciável redução de custos internos na Cia. Bem como, uma melhoria no que concerne ao próprio desenvolvimento e desempenho das suas atividades técnico-científicas, pertinentes aos Combustíveis Fósseis Sólidos.

4) - No que se refere ao OURO, com a criação do PROESP-OURO (Projeto Especial Ouro). Em maio de 1983, a Diretoria Executiva, através da Presidência, criou o Projeto Especial OURO, que ficou ligado ao Diretor da Área de Finanças. (Somente após quase cinco anos é que a PR e a D.E. resolveram dar um apoio integral ao "Programa do Ouro", já que pouco haviam se manifestado ou defendido oficialmente, em relação ao assunto. Daí vir faltando um suporte administrativo maior, conforme tal importante questão estava a merecer).

- O DAP propôs e defendeu, na ocasião, a instalação de um setor técnico especializado específico, numa primeira fase, a nível de DIVISÃO DE RECURSOS AURÍFEROS\*, que se dedicasse ao conjunto das tarefas pertinentes à Pesquisa Geológica do Metal Amarelo, aos Métodos de Lavra e Extração, à Pesquisa de Equipamentos de Lavra, aos Processos para Tratamento e Beneficiamento e ao adestramento de pessoal. O que não foi aceito pela Diretoria Executiva.

- Os primeiros estudos e debates internos na Cia., acerca da importância do OURO em termos geológicos, econômicos e monetários para o Brasil, e o extraordinário papel que a CPRM po

---

\* - No futuro poderá evoluir para outra categoria de Unidade Técnica Especializada.

deria desempenhar na condução de um Programa de Pesquisa e Aumento da Produção Aurífera Nacional, foram implantados pela DAP já desde abril/79. Criou-se uma linha de estudo evolutiva destas atividades, que se iniciou com um Grupo de Trabalho, após transformado em Comitê e, finalmente, na conhecida Comissão do Ouro, envolvendo na sua 1ª fase cerca de duas dezenas de técnicos, distribuídos entre as SUREG's e o Escritório-RJ.

- Em 1981 e 1982, diante da importância do assunto, a DAP chegou a ter cerca de 110 técnicos dedicados aos estudos e às pesquisas do Metal Amarelo, tendo sido montados e divulgados, até maio/83, 13 documentos que compõem a "Série do Ouro da DAP". O trabalho desenvolvido pelos técnicos da DAP, possibilitou que se efetuasse, pela primeira vez no Brasil, uma avaliação da "Reserva Aurífera", que atingiu 30.000 a 33.000 toneladas. Número este totalmente concebido, defendido e de responsabilidade exclusiva da DAP. Pela primeira vez tomava a Nação conhecimento de tal cifra, logo amplamente difundida pela Imprensa.

- As implicações na Área Técnica, decorrentes da criação do PROESP-OURO são, como se observa, mais recentes e envolvem um contexto de dificuldades, bem maiores a resolver que nos outros casos, uma vez que requer profundos ajustamentos de suas cúpulas técnicas no Rio de Janeiro, com as SUREG's e com Terceiros, interessados nas jazidas da Cia. A sua implantação retirou toda e qualquer ingerência da Área-Fim nas questões do Metal Amarelo, e os especialistas da DAP estão a reivindicar uma participação efetiva e direta nas atividades daquele Projeto, até mesmo na Negociação de Jazidas. O PROESP tem plenas condições de, inclusive, envolver um maior número de técnicos nos vários e diferentes domínios do Ouro, e foi preparado para deflagrar uma Política e um Programa de muito maior envergadura. Segundo o que está a exigir a nova realidade econômico-financeira nacional.

5) - Para encerrar este capítulo, preferiu-se abordar a atual questão da DAP perante a Prestação de Serviços Técnicos e a Política de "Marketing" da Companhia. Talvez, um dos mecanismos a serem adotados para contornar, pelo menos, as dificuldades administrativas e burocráticas internas, seja a recriação na DAP da sua antiga "COMISSÃO PERMANENTE DE MARKETING e PRESTAÇÃO de SERVIÇOS". Compatibilizando os anseios e interesses surgidos do corpo

técnico com aqueles do pessoal do SERCO (Serviço de Relações Comerciais).

Talvez, mereça ser lembrado, neste particular, que a referida Comissão, sediada e concebida pela DAP também em 1979, além de dar origem ao futuro SERCO, defendeu, inicialmente, a montagem de uma "SUPERINTENDÊNCIA COMERCIAL" que ficaria com a própria DAP, uma vez que anteriormente nada existia nesta sobre o assunto. Com o surgimento e rápido crescimento do SERCO, ainda não completamente equacionado e estruturado, voltaram a ocorrer em 1983, conforme também existiu nos anos anteriores, alguns desentendimentos operacionais e funcionais, entre o corpo técnico e aquele "staff". A idéia do retorno, em caráter "ad hoc", daquela instituição, na forma hoje de um pequeno COMITÊ, no âmbito interno da DAP, sem perda quiçá do atual "status" já alcançado pelo SERCO, talvez pudessem resolver parte ponderável dos conflitos entre ambas as partes.

### III - PRINCIPAIS REALIZAÇÕES DA DAP EM 1983

- Resolveu-se dividir em dois grandes domínios as realizações em 1983: Grandes Atividades e Atividades Menores.

#### A - GRANDES ATIVIDADES

1 - Concretização do Primeiro Programa Efetivo de Produção de OURO na Companhia. A Meta, estipulada para 1983, era atingir-se 50 kg/Au no final do ano.

- Apesar do esforço e pioneirismo da DAP neste particular, com a criação do Projeto Especial Ouro (PROESP-OURO), em 31.05.83, todos os projetos e respectivas atividades que envolviam tal substância foram transferidos para a Diretoria da Área de Finanças, que assumiu a responsabilidade pelo assunto na Companhia.

2 - Aprimoramento do Sistema de LAVRA EXPERIMENTAL, concebido e implantado pela DAP em 1980, como um Instrumento Operacional Legal, a fim de que a Companhia pudesse Lavrar seus Recursos Minerais. (O que a Lei não lhe permite, em princípio).

3 - Reformulação e estabelecimento de uma nova ordem de PRIORIDADES de Substâncias Minerais para o programa de PESQUISAS PRÓPRIAS, em decorrência da retirada dos projetos de Ouro da DAP.

4 - Continuidade efetiva das atividades nos domínios dos Recursos Energéticos, especialmente para o DNPM e FURNAS Centrais Elétricas, com ênfase nas TURFAS e no CARVÃO MINERAL.

- Destaque para o início do primeiro Projeto de "Lavra Experimental" de TURFA no Brasil, em desenvolvimento na Paraíba, e executado para o DNPM. (Os estudos objetivam a queima da Turfa pela Fábrica de Tecidos Rio Tinto).

5 - Planejamento e montagem do primeiro Projeto de "Lavra Experimental" para a Extração de DIAMANTE em áreas próprias da CPRM, nas bacias dos rios do Peixe e Tibagi, no Estado do Paraná.

6 - A grande participação direta e efetiva do CECAR (Centro de Cartografia - que além da Cartografia, está também apto a trabalhar em Topografia, Reproduções Fotográficas e Levantamentos

Aerofotogramétricos) no Primeiro Grande Projeto da CPRM executado no EXTERIOR, que envolveu a cobertura aérea de 160.000 km<sup>2</sup> da LÍBIA. (Posteriormente, o CECAR executou um projeto de cobertura aérea, de 50.000 km<sup>2</sup> para a BRASPETRO, em território libiano).

7 - Primeiro grande Programa de "Treinamento, Desenvolvimento e Formação de Pessoal" de níveis superior e médio, concebido e colocado em prática pela DAP, com vistas à preparação de técnicos que vieram de outros países. Especialmente no LAMIN (Laboratório de Análises Minerais), no DEPRO (Departamento de Prospeção Mineral), e, em menor escala, no DEGEO (Departamento de Geologia) e no DEGEC (Departamento de Geologia Econômica).

8 - Início efetivo da organização e implantação do "Setor de GEMOLOGIA" no LAMIN, através do treinamento e formação especializada dos primeiros técnicos da Companhia no assunto.

9 - Continuidade sistemática das atividades normais em atendimento ao DNPM, destacando-se o Projeto Garimpo-Ouro, cobrindo inúmeras regiões do País (com a participação de cerca de 40 técnicos de nível superior e 20 de nível médio), e o Projeto Mapas Previsionais, que conta com o aval e apoio da SEPLAN. Tal projeto objetivou a avaliação da potencialidade de novas faixas mineralizadas, em 64 diferentes áreas do nosso território.

10 - Planejamento, organização e início das atividades práticas preliminares do projeto CRANDE CARAJÁS, executado para o DNPM, com investimentos previstos da ordem de US\$ 40,0 milhões, financiados pelo BIRD.

#### B - ATIVIDADES MENORES

1 - Utilização pioneira da Cartografia nos "Projetos Fundiários" do INCRA, em Alagoas e Piauí, desenvolvidos e concluídos pelo CECAR.

2 - Incremento das pesquisas e estudos de desenvolvimento e aperfeiçoamento de métodos mineiros de Extração, Produção e Beneficiamento de Ouro, adaptados às diferentes condições geológicas e ecológicas brasileiras. (Os trabalhos e resultados constam de sete documentos da "SÉRIE DRAGAS" da DAP, maneira prática e eficaz que encontramos para publicação e divulgação entre outros organismos governamentais e empresas privadas, inclusive no

Exterior, dos estudos realizados pelos nossos especialistas).

3 - Planejamento e execução dos primeiros trabalhos de GEOLOGIA DE ENGENHARIA para atender às Empresas Construtoras de barragens, túneis, estradas, etc. Um novo e vasto campo de ação da CPRM na Prestação de Serviços a terceiros, que se mostra bastante promissor.

4 - Ampliação das pesquisas HIDROGEOLÓGICAS no Nordeste, no Sul e Sudeste do País. Com vistas à captação de Água Subterrânea para o abastecimento das regiões afetadas pelas secas no Nordeste, para o setor agro-pecuário no Sul e para os parques industriais do Paraná e de São Paulo.

5 - Concepção e montagem do terceiro grande programa técnico-científico, a fim de ocupar o nosso pessoal ocioso, que se encontra sem atividades em tempo integral nas SUREG's e no Escritório-Rio. Trata-se do "Mapa de Integração Geológico-Estrutural - Estratigráfico do Brasil", na escala 1:1.000.000.

6 - Intensificação dos trabalhos de "Processamento Eletrônico de Dados dos Projetos de Levantamentos Aerogeofísicos" em execução para o DNPM, com a retomada e/ou entrada de novos Projetos, o que permite antever uma garantia de trabalhos e de importância para esta atividade técnica, ainda em 1984.

7 - Conclusão da fase preliminar de pesquisas de campo e laboratorial das Turfeiras da CPRM, situadas no Município de Campos (RJ). Trabalho executado para atender à solicitação de FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S/A., que estuda a possibilidade de uso da TURFA na Termoelétrica de Campos. (Sobressaem-se as primeiras Consultorias Internacionais no domínio das Turfas, com as contratações pela CPRM de especialista Canadense - conforme "Relatório Goodwin" - e de especialista da Alemanha pelo DNPM).

8 - Reativação das atividades e projetos de Geologia Marinha na Companhia, com a execução de três projetos para a CIPM (Comissão Interministerial de Recursos do Mar). O que permite julgar a manutenção ativa desta Divisão para 1984, após um longo período de quase desativação da mesma.

9 - Continuidade e ampliação dos projetos de "Bibliografia Geológica" do Brasil, formulados e executados pela SEDOTE (Seção de Documentação Técnica), para o DNPM e CNPq.

- Destaque para o Convênio CPRM-CNPq, visando a não pa  
ralização do importante Projeto no Levantamento, Análise e Atualiza  
ção de toda a "Bibliografia Brasileira de Geologia", assunto de su  
ma importância na área da Documentação e Informação Técnico - Cientí  
fica. Ambos os Convênios, com o DNPM e CNPq, representam uma salva  
ção para o corpo de bibliotecárias e especialistas no assunto, cujas  
dificuldades de custeio para 1984 ficam assim sanadas.

#### IV - PROBLEMAS E DIFICULDADES DA DAP EM 1983

##### A - De Natureza TÉCNICA

- No que concerne a este domínio, os principais fatos a assinalar são os seguintes:

1 - A não convocação e a não participação de especialistas dos Departamentos da DAP nas diferentes atividades e projetos coordenados pelos "Projetos Especiais Carvão e Ouro". O pessoal experiente que, ao longo dos últimos cinco anos, vinha sendo preparado e que atuava efetivamente, desde os primeiros estudos até às pesquisas práticas iniciais do Ouro, Carvão e Turfa, continuaram a se ressentir do alheamento no Planejamento, elaboração, diretrizes técnicas e execução dos trabalhos naqueles dois Projetos. Aspectos estes, que estão a exigir sério reestudo dentro do contexto administrativo geral da Companhia.

2 - No que se refere à importante questão da NEGOCIAÇÃO DE JAZIDAS, assistiu-se, em 1983, depois que a antiga Presidência e a Diretoria Executiva resolveram finalmente apoiar o "Programa do Ouro" - sempre conduzido pela DAP - a uma presença na antiga Comissão de Negociação de Jazidas. Com a nova situação e após perdido o "OURO" pela DAP, criaram-se 2 comissões distintas: Uma só para o Metal Amarelo, que ficou com a DAF (sem nenhum representante da Área-Fim); a outra, com os restantes Bens Minerais, aí incluídos o Carvão e a Turfa, foi para o controle da DAE (tendo apenas um representante da DAP). Nenhuma participação maior neste assunto ficou com a DAP, a qual, realmente, descobriu e estudou as jazidas, dispõe do pessoal especializado atuante, guarda e atualiza o banco de dados e mantém atividades de Pesquisa. Devido a este arranjo, verificou-se uma exacerbação de confusões e confrontos em 1983, não apenas no âmbito interno da Companhia, como da parte de Terceiros, vindos de fora. Eis lá, outro aspecto administrativo que está a requerer um melhor equacionamento e resolução, com urgência.

3 - Com agravames para a Companhia, continuou em 1983 a deficiência, em número e qualidade, de profissionais aptos para atuarem segundo as novas linhas de atuação implantadas na CPRM, aliada à carência de técnicos em condições de reciclá-los. Ressem

tiu-se, assim, da falta de uma política de treinamento e formação de pessoal, bem como da sua Avaliação e Desempenho, individual e setorial. Na Diretoria Executiva, ainda não se montou um Plano de Ação, conforme requerido. Como exemplo desta omissão, temos as dificuldades encontradas na formação das equipes técnicas que atuarão no Projeto Carajás. Neste particular, apesar de tudo o que já foi discutido com a DAD.

4 - A adoção de novas técnicas e a capacidade de competição da Empresa, vêm sendo prejudicadas pelas dificuldades de obtenção, modernização e reposição de equipamentos, principalmente os importados.

Órgãos de execução, como o DEPRO, LAMIN e CECAR, cujos equipamentos básicos são de origem estrangeira, estão sentindo, a cada dia, a limitação de suas possibilidades, devido às dificuldades citadas. Tanto no Brasil como no Exterior, poderia a CPRM aumentar o seu nível de Prestação de Serviços, se estivesse adequadamente dotada de equipamentos modernos e em condições de darem competitividade à Empresa. Assunto que está a requerer mais empenho futuro acerca dos contratos de Empréstimos com o Exterior. Pendente de equipamentos apropriados, está o novo "Setor de Gemologia e Pedras Preciosas", que já deveria estar funcionando.

5 - Com a criação do Projeto Especial Ouro, originou-se o problema de considerável esvaziamento do Departamento de Pesquisas Próprias (DEPEP), uma vez que o Metal Amarelo representava 70% de suas atividades e projetos. O mesmo vale para a Divisão de Engenharia de Minas do DEGEC, cujos trabalhos de Lavra Experimental para Ouro foram totalmente repassados para o PROESP, o qual, por sua vez, está a lutar agora com a falta de melhores técnicos e de instalações e equipamentos condizentes para atuar neste domínio.

#### B - De Natureza ADMINISTRATIVA-OPERACIONAL

Dentro deste campo, foram os seguintes os principais problemas enfrentados no período:

1 - Crescente dificuldade na coordenação e relacionamento dos órgãos de supervisão técnica operacional da DAP, sediados no Rio de Janeiro, com as unidades executoras (SUREG's), por

vários motivos. Entre estes talvez, os mais influentes, encontram-se os resultantes da ascendência de "status" político e o do novo patamar de autonomia técnico-administrativa, atingidos normalmente pelas SUREG's. Por conseguinte, uma inadequação das NORMAS básicas de atuação, exaradas há mais de 10 anos, não se coaduna mais com a realidade presente. Um estudo conjunto desta situação parece necessário de ser efetuado em futuro próximo entre PR, DAP, DAD e SUREG's, com vistas à modernização do antigo sistema técnico-administrativo reinante. De onde surgiria, espera-se, uma nova linha de atuação geral para os Órgãos de 1ª Linha, situados no Rio de Janeiro.

2 - Enfrentou-se, em 1983, mais uma batalha desesperada de combate ao índice de ociosidade de técnicos. No período, a ociosidade média na DAP foi de 80 a 90 técnicos de nível superior, de um total de 788 existentes em toda a Empresa. (A título de esclarecimento, o número de Geólogos na Companhia é de 420, estando 338 nas SUREG's e 82 no Rio de Janeiro, e destes, 55 encontram-se na DAP; o de Engenheiro de Minas é de 63, sendo 34 nas SUREG's e 29 no Rio de Janeiro, dos quais 08 estão na DAP, perfazendo ambas as categorias, um total de 483. Destes, apenas cerca de 260 estão efetivamente executando serviços técnicos diretos, o que representa 54% do global. Os demais técnicos de nível superior na CPRM - Economistas, Bibliotecários, Engenheiros Químicos, Técnicos de Administração, etc., atingem a cifra de 306).

3 - Aumento da necessidade de participação formal e efetiva dos Órgãos de 1ª Linha da Área Técnica, na negociação de serviços dentro e fora do Brasil, desde os primeiros contatos e entendimentos para os futuros Projetos, até o momento da formulação das propostas técnicas, na seleção do pessoal e na execução dos trabalhos. Novos problemas surgiram em 1983, como decorrência desta estagnação e isolamento da atuação do SERCO, com destaque para o caso surgido entre o DEPRO - Geofísica e o grande contrato com a Líbia, entre vários outros.

4 - Manteve-se a grande deficiência na aquisição, intercâmbio e difusão de informações, documentos, livros e boletins técnicos, dentro e entre os Órgãos Regionais e a SEDOTE - Seção de Documentação Técnica da Cia., sediada no Rio de Janeiro. Ainda não foram possíveis a confecção e difusão do pretendido e necessário "Boletim Técnico" da CPRM, a cargo da DAP. Também, não foi possível

atender-se às Seções de Contabilidades nas SUREG's, quanto às respectivas demandas mínimas de compra de Livros e periódicos. Isto acarreta o prejuízo do aperfeiçoamento técnico da parte dos trabalhos pessoais e de Pesquisa. Espera-se que, em 1984, estas dificuldades sejam, pelo menos em parte, resolvidas. Comprovou-se, ainda em 1983, a grande necessidade antes constatada, de dispor-se de um sistema Central de Documentação e Bibliografia, moderno e computarizado, assim como, de um mecanismo técnico-administrativo normativo capaz de aproximar o SEDOTE do Rio de Janeiro com os seus correspondentes setores nas SUREG's.

5 - Os transtornos burocráticos - administrativo-operacionais criados na DAP desde 1982, quando foi a infra-estrutura da mesma, no Rio de Janeiro, totalmente destruída pelo grande incêndio, começou a normalizar-se apenas em junho/83. Mas, ainda se ressentem a DAP de complementação de seu Gabinete, melhoria de suas acomodações e de maior espaço para ocupar todo o seu "staff". Carências, que gostaríamos fossem resolvidas em 1984.

Maior dificuldade de atuação neste contexto, ressentem-se o importante Órgão da DAP, representado pela SUREMI. Até hoje, após 2 anos decorridos daquele sinistro em que foi esta também atingida, ainda não lhe foram propiciadas as instalações adequadas. Urge que, em 1984, sejam equacionados pela Diretoria Executiva e pela DAE estes problemas pendentes, com vistas ao eficiente funcionamento da importante área técnica.

#### C - Da Situação FINANCEIRA-ORÇAMENTÁRIA

1 - Desde 1978, devido a uma redução considerável e contínua dos recursos oriundos do DNPM, para a realização de Serviços pela CPRM, vem se verificando uma acentuada diminuição nos trabalhos básicos antigos, sistemáticos e tradicionais de toda a DAP. Tal escassez de recursos advindos de cortes nas dotações orçamentárias governamentais para este Setor, é a maior responsável pela relativa ociosidade de pessoal na DAP e no total da CPRM, e pela não utilização plena de sua infra-estrutura operacional. Daí, os prejuízos sensíveis dos trabalhos sob a supervisão direta de vários Departamentos, especialmente o DEGEO, bem como da Divisão de Geoquímica do DEPRO, entre outros, com reflexos imediatos e diretos também na ocupação das SUREG's.

2 - Acentuou-se em 1983, a busca de uma solução contábil com a finalidade de evitar-se os elevados custos de DEPRECIAÇÃO e MANUTENÇÃO de equipamentos debitados aos seus detentores, com prejuízo à imagem econômico-financeira de vários Órgãos executores da DAP. Uma vez que a incidência dos referidos custos é permanente e indiferente à utilização dos mesmos. Os Órgãos mais prejudicados por esta sistemática são o DEPRO e o LAMIN. No final de 1983, a DAF interessou-se sobremaneira pelo assunto, e uma resposta adequada a este atormentado problema poderá ocorrer em 1984. (Uma solução para este caso, talvez seja a alocação dos referidos custos nas "despesas gerais" da Cia.).

3 - A DAP continuou a enfrentar grandes dificuldades na concepção e implantação de uma nova reestruturação técnico-administrativa do LAMIN e dos Laboratórios Regionais, com vistas à diminuição das suas onerosas, persistentes e agravantes situações orçamentário-financeiras. Situação esta provocada, principalmente, pela acentuada redução das solicitações dos clássicos e tradicionais serviços, internos e externos.

O DAP envidou os maiores esforços em 1983, com vistas ao equacionamento e montagem de uma nova filosofia de atuação e modernização do LAMIN e de seus Laboratórios Regionais. Inclusive, com a troca de 2 chefias nos últimos anos. A resolução do problema, contudo, ainda continua pendente. Um aprofundado estudo de "Diagnóstico" e, após, de "Prognóstico" do LAMIN, foi então solicitado, e está em vias de ser concluído, para apreciação da Presidência e da Diretoria Executiva, no início de 1984.

- A falta de recursos e as limitações às viagens, impediram reuniões no Rio de Janeiro dos Chefes de Laboratórios Regionais, bem como outros deslocamentos. Também, não se levou adiante, pelos mesmos motivos, a assistência que o BRGM da França ofereceu à CPRM, em julho/83, através de seu "Projeto Laboratório", no valor de Cr\$ 34,0 milhões.

Uma solução satisfatória e viável para o caso do LAMIN e de seus Laboratórios Regionais, é a necessidade mais grave e urgente que tem a enfrentar a DAP em 1984, o que ela já vem considerando desde 1980/81. Várias dificuldades impediram que uma solução global fosse antes apresentada; não foi falta de um conhecimento de causa ou de se "saber fazer". A mudança de mentalidade do pessoal antigo ali atuante, uma reciclagem técnica, uma alteração

funcional e operacional profunda, um acerto definitivo com as linhas de atuação do CETEM, uma modernização e equipagem instrumental melhor, são fatos já identificados, que farão parte da nova política e administração que terá de ser implantada ali, em breve. A fusão de Divisões, transferência de setores e outros cortes de custeio terão igualmente, de ser efetuados, neste domínio, tanto no Rio de Janeiro como nas SUREG's.

4. - Falta de mecanismos rígidos de ordem orçamentária-financeira que evitem que os Projetos e Programas Técnicos excedam os custos previstos.

5. - O discutido assunto da necessidade de um "controller" financeiro-orçamentário, para tomada de decisões e cuidado nas despesas e custos na Companhia, sentiu-se sobremaneira na área técnica, mormente no IIº semestre/83, quando surgiu a possibilidade de déficit global. Neste particular, a DICONP - Divisão de Controle e Programação da SUREMI, talvez tenha que se engajar mais diretamente nesta importante questão. (O auxílio à DAF será solicitado. No mínimo, este assunto somente terá de ser resolvido a duas mãos. Uma vez que ele não afeta apenas a DAP, mas a todas as outras Áreas da Companhia. E a diminuição de "custeio" é um dos equacionamentos pendentes para 1984, e que a DAP já vem se dedicando a estudar há longo tempo. A problemática maior, conforme sabido, verifica-se nas SUREG's, pois os Órgãos de 1ª Linha, Supervisores do Rio de Janeiro, não têm conseguido "controlar" a contento algumas das despesas que nelas ocorrem).

6. - O quadro do capítulo seguinte mostra a situação de "Custo" e "Renda" da DAP e de seus Órgãos executores, no período de Janeiro-Novembro/83. Uma comparação com o mesmo Quadro de 1982, evidencia melhor do que explicações escritas. Tem-se verificado uma certa diminuição relativa do "custeio geral" da DAP. Convém que se observe a evolução das "Receitas e Despesas", em termos de desempenho "Setorial" ou de "Especialização de Trabalho" dentro da DAP. Por conta disso, verificar-se-á que alguns deles talvez tenham que ser suprimidos ou fundidos. Outros a serem criados e modernizados.

V - ANÁLISE FINANCEIRA-ORÇAMENTÁRIA: - Informe Geral

Nos dois Quadros em anexo e a seguir apresentados, estão discriminados os CUSTOS e as RENDAS, a preços correntes, nas Unidades Técnicas da DAP no Rio de Janeiro e das SUREG's, em 1982 e no período Janeiro-Novembro/1983, respectivamente. (Até o presente, não se encontram disponíveis as informações de dezembro/83).

1 - Inicialmente, torna-se necessário registrar algumas notas elucidativas, acerca de particularidade do custeio e da Receita da Cia. e em certos Órgãos específicos da DAP.

1) - Com relação à "Receita" do DEPRO em 1983, verifica-se que 90,0% de seu valor são provenientes dos serviços de Geofísica, o que explica o resultado Positivo do Departamento, visto que os trabalhos de sua Divisão de Geoquímica continuaram bastante reduzidos ao longo do ano.

2) - O DEPEP - Departamento de Pesquisas Próprias, é um caso especial e particular, pois não presta "Serviços a Terceiros", nem possui linhas de atividades capazes de gerarem recursos financeiros ou faturamento direto para a Cia., como acontece com os demais Órgãos da DAP. Os recursos oriundos de dotação orçamentária do Governo Federal, destinados ao Programa de Pesquisas Próprias da CPRM, são contabilmente considerados como DESPESA. Na verdade, para o DEPEP são computados como RECEITA. Contudo, com a recente criação do PROESP-OURO (e antes do PROESP-CARVÃO), houve uma consequente perda pelo DEPEP de suas tarefas e atividades básicas e responsabilidades de supervisão sobre aqueles Projetos, com a redução de parte substancial de sua fonte tradicional de "receita". E o que é pior, com certa superposição e até duplicação desnecessárias de trabalho por outro Órgão, além dos evidentes conflitos e criação de emaranhados técnicos e burocráticos.

3) - Um detalhe que é interessante salientar, refere-se à criação e funcionamento dos PROESP's Carvão e Ouro, que ocasionam um aumento das DESPESAS, principalmente no Rio de Janeiro, em decorrência da implantação e manutenção de novas infra-estruturas específicas no organograma da Empresa, quando as mesmas tarefas poderiam ser perfeitamente absorvidas por Divisões ou Departamentos específicos.

B - Da análise dos dados contidos nos dois quadros a apresentados, as seguintes observações merecem destaque:

1) - Houve um sensível declínio, em valores Reais, dos "Custos", da "Renda" e do "Resultado Final" da área de Pesquisas, no ano de 1983 em relação a 1982. O que, sem dúvida, reflete uma crescente situação de dificuldades econômico-financeiras em toda a Cia., além daquilo que já foi comentado nas notas anteriores.

2) - Em termos GLOBAIS, o Custo Operacional da CPRM (incluindo a DAP), em 1982, totalizou Cr\$ 15,5 bilhões e a Renda Operacional atingiu a Cr\$ 18,8 bilhões.

- Naquele ano, o CUSTO TOTAL da DAP foi de Cr\$ 5,9 bilhões e a RENDA de Cr\$ 7,1 bilhões, que correspondem, respectivamente, a 38,0% e 37,7% dos montantes GLOBAIS da Cia., no mesmo período.

3) - No período Janeiro-Novembro/83, o Custo Operacional GLOBAL da Cia. (incluindo a DAP), atingiu a cifra de Cr\$ 23,4 bilhões e a Renda Operacional foi de Cr\$ 27,3 bilhões.

- No referido período, o CUSTO TOTAL da DAP foi de Cr\$ 11,2 bilhões e a RENDA de Cr\$ 12,3 bilhões, correspondendo, respectivamente, a 47,5% e 45,0% dos GLOBAIS da CPRM.

4) - Tais resultados indicam, portanto, uma tendência de agravamento da situação econômico-financeira da Empresa como um todo.

- Particularmente, no que se refere à DAP, apesar de haver ocorrido uma redução, relativamente pequena no volume dos trabalhos em 1983, com conseqüente declínio da Renda obtida, verificou-se um aumento de sua participação no total da Renda Operacional da Cia.

QUADRO DE "RENDAS" E "CUSTOS"

ÁREA DE PESQUISAS

PERÍODO JANEIRO-NOVEMBRO/1983

Cr\$ MIL

Ó R G Ã O	"CUSTO" (C)	"RENDA" (R)	(R) - (C)
SUREMI	205.099	56.368	(-) 148.731
DEGEO	174.772	127.337	(-) 47.435
DEPRO	636.652	692.436	55.784
DEGEC	222.645	217.105	(-) 5.540
DEPEP	145.977	153.852	7.875
IAMIN	511.795	303.634	(-) 208.161
CECAR	1.082.781	1.028.929	(-) 53.852
DAP/ASSDAP	109.218	-	(-) 109.218
<b>TOTAL - RIO</b>	<b>3.088.939</b>	<b>2.579.661</b>	<b>(-) 509.278</b>
SUREG/PV	422.049	541.490	119.441
SUREG/MA	1.308.980	1.685.356	376.376
SUREG/BE	1.128.114	1.335.498	207.384
SUREG/FO	690.260	728.860	38.600
SUREG/RE	709.694	906.777	197.083
SUREG/SA	656.131	692.513	36.382
SUREG/SP	557.306	662.510	105.204
SUREG/PA	1.248.727	1.701.152	452.425
SUREG/BH	626.539	639.387	12.848
SUREG/GO	697.195	827.777	130.582
<b>TOTAL - REGIONAIS</b>	<b>8.044.995</b>	<b>9.721.320</b>	<b>1.676.325</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>11.133.934</b>	<b>12.300.981</b>	<b>1.167.047</b>

QUADRO DE "RENDAS" E "CUSTOS"

ÁREA DE PESQUISAS

PERÍODO JANEIRO-DEZEMBRO/1982

Cr\$ MIL

Ó R G Ã O	"CUSTO" (C)	"RENDA" (R)	(R) - (C)
SUREMI	122.707	24.851	(-) 97.856
DEGEO	98.437	77.675	(-) 20.762
DEPRO	300.487	314.009	13.522
DEGEC	133.020	155.302	22.282
DEPEP	86.594	84.433	(-) 2.161
LAMIN	277.780	218.281	(-) 59.499
CECAR	292.251	234.929	(-) 57.322
DAP/ASSDAP	63.199	-	(-) 63.199
<b>TOTAL - RIO</b>	<b>1.374.475</b>	<b>1.109.480</b>	<b>(-) 264.995</b>
SUREG/PV	179.117	224.023	44.906
SUREG/MA	661.907	921.035	259.128
SUREG/BE	613.731	1.035.781	422.050
SUREG/FO	329.198	406.273	77.075
SUREG/RE	314.815	450.362	135.547
SUREG/SA	358.473	372.630	14.157
SUREG/SP	421.224	498.418	77.194
SUREG/PA	875.165	1.352.952	477.787
SUREG/BH	353.740	326.610	(-) 27.130
SUREG/GO	409.257	399.650	(-) 9.607
<b>TOTAL - REGIONAIS</b>	<b>4.516.627</b>	<b>5.987.734</b>	<b>1.471.107</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>5.891.102</b>	<b>7.097.214</b>	<b>1.206.112</b>

## VI - PROJEÇÕES ECONÔMICO-FINANCEIRAS DA DAP PARA 1984

Como é muito difícil equacionar-se com certa precição, na conjuntura atual, um bom orçamento, o quadro aqui exposto em base pioneira e preliminar pela DAP, poderá contar com novos números quando vier, formalmente, do SEROR/DAF (Serviço de Orçamento).

### A) - Parte Geral, Receita Global Interna da DAP

Em termos de contratações tradicionais de serviços, ou provenientes da continuidade de Programas Governamentais, são as seguintes rúbricas orçamentárias clássicas ou já asseguradas, que se podem considerar para a DAP em 1984:

- 1) Total Geral "Previsto", advindo do DNPM: Cr\$ 8,950 bilhões.
- 2) Total, pleiteado, para o Programa de PESQUISAS PRÓPRIAS da DAP (excluído o OURO). Ainda sujeito à modificações e a provação pela Diretoria Executiva: Cr\$ 1,445 bilhões.
- 3) Por conta da Prestação de Serviços a "OUTROS CLIENTES": (Previsão) em parte, segundo também o que foi projetado pelo SERCO: Cr\$ 7,0 bilhões.
- 4) Total sob contrato com DNPM - SEPLAN, para o Projeto Carajás: Cr\$ 1,0 bilhão

- Se chegarem os recursos do BIRD, um montante adicional da ordem de 32,0 milhões de dólares seria acrescido, para dispendir em 2 anos, no referido Projeto.

- TOTAL GERAL DA DAP: Cr\$ 18,395 bilhões

### B) - Detalhamento da Parte do DNPM/MME

- 1) A ser gasto com o "Projeto Garimpos": Cr\$2,02 bilhões, normais, acrescidos de uma parcela adicional remanescente de 1983, esta no valor de Cr\$ 290,0 milhões  
Subtotal: Cr\$ 2,310 bilhões
- 2) CARVÃO - P.M.E. (Programa de Mobilização Energética): Investimento normal, Cr\$2,0 bilhões. Idem, acrescido de um adicional, remanescente de 1983, no valor de Cr\$ 1,0 bilhão.  
Subtotal: Cr\$ 3,0 bilhões
- 3) "Outros Projetos" do DNPM, onde se incluem:

- A Aerogeofísica
- A Confecção de Mapas Metalogênicos Previsionais
- Os Projetos menores, específicos, Fluorita - S.C.
- O "Projeto Carajás" - parcela do DNPM.
- Subtotal: Cr\$ 3,64 bilhões

C) - CASO DO PROJETO CARAJÁS: - Patrocinado pela SEPLAN, com proposta do DNPM, auxiliado pela CPRM. Pode ter seu faturamento para 1984 aumentado de muito, se entrarem os recursos financeiros adicionais do BIRD. (Somente este Projeto ocupará cerca de 70 geólogos, a ser executado pela SUREG-BE).

D) - CASO DO INVESTIMENTO EM "PESQUISAS PRÓPRIAS": Sob controle do DEPEP e do DEGEC. Devido à perda dos trabalhos técnicos do Ouro, então, do total da verba geral que o Governo destinou ao Setor para 1984, no valor de Cr\$ 3,265 bilhões, o DAP está pleiteando à Diretoria Executiva a aprovação mínima de Cr\$ 1,445 bilhões. A serem investidos em outros Recursos Minerais, conforme a nova lista de Prioridade Mineral apresentada, e tendo em vista os trabalhos paralelos de desenvolvimento da Lavra Experimental para Diamante. (Ver item de Pauta D.E. nº 171 de 05/07/83, na SEGER/PR).

E) - COMPARAÇÃO DOS INVESTIMENTOS de 1983 COM OS DE 1984: Em 1983, o total de aplicações financeiras, através da DAP, atingiu o MONTANTE de Cr\$ 8,237 bilhões\* (a preços correntes de 1983), cuja distribuição foi a seguinte:

- 1) - DNPM: - Total de Cr\$ 5,250 bilhões
  - a) - Projeto Garimpos : Cr\$ 1,950 bilhões
  - b) - Carvão - P.M.E. : Cr\$ 1,2 bilhões
  - c) - Outros Projetos (inclui Carajás): Cr\$ 2,1 bilhões
- 2) - PESQUISAS PRÓPRIAS: - Total de Cr\$ 687,0 milhões
- 3) - OUTROS CLIENTES : - Total de Cr\$ 2,3 bilhões

- Uma análise comparativa de tais valores com a situação prevista para 1984, mostra uma redução real e acentuada de recursos na DAP. (Projeta-se então, em princípio, um sensível acréscimo do número de pessoal técnico em disponibilidade na Área de Pesquisas, no corrente exercício).

---

\* - O valor de Cr\$ 8,237 bilhões difere da renda total de Cr\$ 12,3 bilhões, em 1983, que consta no Quadro da página 22, pois naquele, estão computadas parte das receitas provenientes de apropriações referentes à projetos não vinculados à DAP, como os PROESP's Ouro e Carvão, projetos de Sondagem, Moçambique e outros para Terceiros.

## VII - LISTAGEM DO PESSOAL PRESENTE ÀS REUNIÕES E DE SEUS ÓRGÃOS

- Estiveram presentes às Reuniões convocadas e presididas pelo DAP, os seguintes Assessores e Chefes dos Órgãos de Linha ou seus representantes:

- 1) - Eng<sup>o</sup> de Minas GASTÓN PEREIRA BASCOPE  
Assessor do DAP
- 2) - Eng<sup>o</sup> de Minas OCTÁVIO BARBOSA  
Assessor do DAP
- 3) - Geól. OSCAR FÜLLER  
Assessor do DAP
- 4) - Geól. URIAS RODRIGUES DA SILVA  
Assessor do DAP
- 5) - Geól. JUDSON DA CUNHA E SILVA  
Superintendente de Recursos Minerais (SUREMI)
- 6) - Geól. RUY ITALO TESSARI  
Chefe do Departamento de Geologia Econômica (DEGEC)
- 7) - Geól. OSCAR PAULO GROSS BRAUN  
Chefe do Departamento de Geologia (DEGEO)
- 8) - Eng<sup>o</sup> de Minas JOSÉ ALOISIO PAIONE  
Chefe do Departamento de Pesquisas Próprias (DEPEP)
- 9) - Eng<sup>o</sup> de Minas JOSÉ VARGAS DA SILVA FILHO  
Chefe do Departamento de Prospecção (DEPRO)
- 10) - Químico EDUARDO SILVA DE ALMEIDA  
Chefe do Laboratório Central de Análises Minerais (LAMIN)
- 11) - Eng<sup>o</sup> Cartógrafo FREDERICO GUILHERME A. ALMEIDA  
Chefe do Centro de Cartografia (CECAR)
- 12) - Eng<sup>o</sup> de Minas LÉO SCHAPOVAL  
Chefe da Divisão de Controle e Programação (DICONP/SUREMI)
- 13) - Geól. LUIZ BERNARDO S.G. LEMOS  
Chefe da Divisão de Pedidos de Pesquisas (DIPEPE) - (Representante do Chefe do DEPEP nas 1ª e 2ª Reuniões).

- 14) - Geól. AMADEU PAIVA SANTOS  
Chefe da Divisão de Geologia do Carvão (DICARV) - (Repre  
sentante do Chefe do DEGEC na 1ª Reunião)
- 15) - Bibliotecária MAGDALENA LEAL FERREIRA FERRAZ  
Chefe Interina da Seção de Documentação Técnica (SEDOTE)
- COORDENAÇÃO GERAL: Geól. ÉDISON F. SUSZCZYNSKI (Diretor  
da Área de Pesquisas - DAP)
- SECRETÁRIA E RELATORA: Aux. Adm. Lucia Jacques

## VIII - PROPOSIÇÕES E CONCLUSÕES

As principais Proposições e Conclusões foram aceitas e votadas, após vários debates específicos, pelos Chefes e Assesores da DAP.

1) - Os Órgãos especializados da DAP, no Rio de Janeiro, estão propondo, devam voltar a exercer a efetiva supervisão nos PROESP's OURO e CARVÃO, levando em conta as suas respectivas experiências naqueles temas, desenvolvidos ao longo dos últimos 5 anos, quando os mesmos, após montados e postos em execução pelo pessoal técnico, foram levados da DAP.

2) - A DAP postula também uma maior participação con<sup>u</sup> dizente com sua capacitação técnica e experiência no assunto das "Negociações de Jazidas". Antevendo tais necessidades, vários dos Chefes de 1ª Linha da DAP prepararam-se durante anos e solicitam, por isto, um reestudo interno desta importante questão. (Onde to<sup>u</sup> da a tradição da Companhia ainda é pouca para dar uma solução sa<sup>u</sup> tisfatória a muitos casos que surgem).

3) - A Área Técnica ainda se ressentida da perda do DE<sup>u</sup> SON - Departamento de Sondagem, uma vez que a integração maior des<sup>u</sup> te com o restante dos Órgãos técnicos da DAP é indispensável ao surgimento de novos serviços e valorização mútua de várias atividades que se acoplam em torno das Perfurações e Sondagens. Isto para não se dizer das dificuldades de planejamento e execução, até hoje não bem resolvidas, além da falta dos acertos contábeis entre am<sup>u</sup> bos setores. Quase sempre com perdas de receitas para a DAP. Há absoluta necessidade de uma interligação direta de vários Órgãos da Área de Pesquisas com o referido Departamento que, por sua vez, é um Setor exclusivamente técnico e prático e, em muitos casos, auxili<sup>u</sup> liar dos demais. É distorcido considerar-se o mesmo, essencialmente, como Órgão-de-ponta. (Vendem-se Serviços de Sondagem, venden<sup>u</sup> do-se outros Projetos de Pesquisa Mineral e Hídrica).

4) - Há necessidade da montagem de um programa mais adequado e objetivo de "Treinamento, Formação, Reciclagem e Desenvolvimento" de técnicos, de maneira a torná-los mais identifica<sup>u</sup> dos e entendedores das novas linhas técnico-científicas de atua

ção da Companhia. (Para isto sugere-se vincular uma percentagem da "Receita" da Cia., para o devido custeio).

5) - É solicitada a criação de um mecanismo financeiro eficaz que procure modernizar os equipamentos e instrumentos de vários Órgãos executores de serviços da DAP, principalmente, no CECAR, LAMIN e DEPRO. (A criação de um "Fundo Financeiro" de Reinvestimento a partir da aplicação das apropriações de Depreciação dos referidos equipamentos).

6) - De grande valor seria a participação efetiva maior das Unidades Técnicas da DAP/RJ nos contatos e entendimentos técnicos, no que se refere à negociação de futuros serviços no EXTERIOR e, também, dentro do Brasil.

7) - Ampliar o processo de esclarecimento e convencimento das Autoridades superiores responsáveis do Governo, acerca da importância dos "Estudos Geológicos - Básicos", onde se incluiria a retomada dos Mapeamentos Geológicos, entre outras atividades afins. Com destaque para os casos das Águas Subterrâneas- Projeto Nordeste; do Ouro, das Turfas, do Carvão, do Linhito e do Xisto Pirobetuminoso, para todo o Brasil.

Há necessidade de um engajamento maior da CPRM para que, efetivamente, se consolide o indispensável Mapeamento Geológico do Projeto Grande Carajás, em 1984, entre outros. Com isto, vários setores técnico-científicos da DAP, seriam reativados.

8) - Uma maior colaboração da DAP na criação de novos mecanismos, adequados à ampliação do "Marketing" de Serviços Técnicos é necessária. Com destaque à utilização das Unidades Técnicas da Área de Pesquisas/RJ.

9) - No que se refere a uma proposição de ordem financeira, solicita-se o estudo da possibilidade de reformular a atual sistemática adotada no "Sistema de Custos" para o pessoal das Unidades Técnicas da DAP (RJ e SUREG's), presentemente consideradas como de Custo Direto, quando, na verdade, deveriam também ser alocadas dentro do sistema de "Custo Indireto". [Uma reanálise à parte desta problemática foi elaborada para futuro encaminhamento - ver ADENDO : Desempenho Financeiro da DAP (Reanalizado)].

10) - O estabelecimento de autoridade para definição e

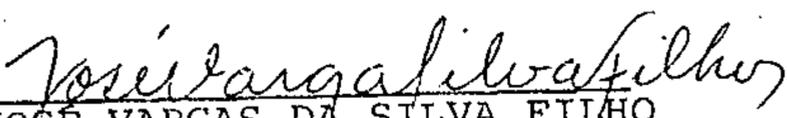
classificação dos "custos", de comum acordo com a DAF, é assunto de grande interesse e que a DAP desejava ver implantado em 1984.

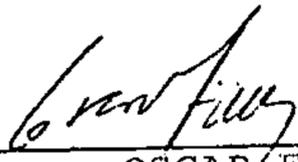
Rio, janeiro de 1984

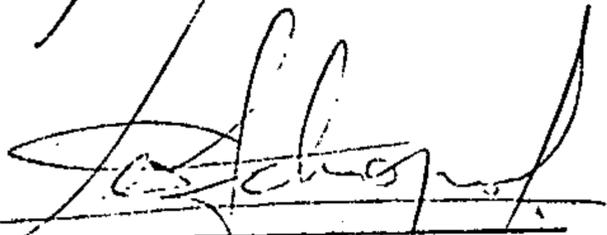
  
ÉDISON F. SUSZCZYNSKI  
Diretor da Área de Pesquisas

COMISSÃO:

  
FREDERICO GUILHERME A. ALMEIDA  
Chefe do CECAR

  
JOSE VARGAS DA SILVA FILHO  
Chefe do DEPRO

  
OSCAR FULLER  
Assessor do DAP

  
LÉO SCHAPOVAL  
Chefe da DICONP/SUREMI

  
OSCAR P. G. BRAUN  
Chefe do DEGEO

ADENDO:    DESEMPENHO FINANCEIRO DA DAP    (Reanalizado)

ADENDO: DESEMPENHO FINANCEIRO DA DAP (Reanalizado)

- Na Análise do Desempenho Financeiro da DAP, motivo de grandes debates nas reuniões com as Chefias de 1ª Linha, chegou-se à seguinte conclusão, assim sintetizada:

- Devia-se distinguir o LAMIN e o CECAR, que são órgãos quase essencialmente executores, dos demais órgãos da DAP/Rio, que são órgãos supervisores ou de "staff". Nestes últimos, a maior parte das atividades compreendem administração técnica, assessoria de alto nível e controle de qualidade, em quase todos os projetos e atividades técnico-científicas da CPRM, o que caracterizar-se-ia melhor como "custo indireto" dentro dos critérios contábeis da Cia. Por isso, no caso desses órgãos, o lançamento de suas respectivas despesas como "custo-direto" devia ser visto como um abatimento nas despesas gerais de "over-head" e os resultados negativos como o resíduo-não-abatido, que em condições normais deveria ser muito maior. Em 1983, o custo não coberto pela receita ("renda") de toda DAP/RJ, ficou em 16,4% do custo total DAP/RJ. Isto significa um extraordinário esforço dos órgãos de supervisão em reduzir essas despesas do "over-head".

Estes 16,4% referem-se a operações essenciais ao funcionamento da Companhia e dos Órgãos da DAP/RJ em pauta, tais como atividades puramente administrativas e outras técnicas, como pesquisa bibliográfica, assessoria técnica a outros órgãos, elaboração ou análise de propostas técnicas, orçamentos, etc., para as quais não há centro de custo definido. Razão porque estamos propondo, para futuro estudo na DAF, uma mudança na antiga sistemática, de maneira a tornar a parte administrativa dos Órgãos como indireto, contabilizando-se as atividades técnicas, quando por eles executados, como custo direto (gerando renda).

- A preocupação com o custo direto tem levado os técnicos dos Departamentos a se ocuparem com atividades diretamente produtivas, que são próprias das SUREG's.

Dessa forma, este esforço tem desviado as equipes dos Órgãos supervisores da sua mais nobre função, que é a aquisição de Tecnologia e elevação do nível técnico geral da Empresa.

Toda a força de trabalho dos Departamentos manteve-

se ocupada, havendo mesmo algumas tarefas, como de desenvolvimento técnico (PRODES), aquisição tecnológica (desenvolvimento de métodos e processos, assessoria técnica interna, etc.) que tiveram que ser adiadas por falta de mão-de-obra apta disponível. O percentual de custos não cobertos pela receita dos Departamentos não significa, portanto, mão-de-obra ociosa. Já nos órgãos tipicamente operacionais, este percentual reflete um potencial de produção (pessoal + equipamento) realmente ocioso.

Já as SUREG's, que são órgãos essencialmente executores, não devem apresentar resultado negativo, se não houver ociosidade operacional nos programas sob controle da DAP.